

BREVES PONTOS PARA REFLEXÃO: VIRTUALIDADES POSSÍVEIS DE UM OLHAR INTERDISCIPLINAR¹

Natália Azevedo

Faculdade de Letras da Universidade do Porto
nazevedo@letras.up.pt

Resumo

Educação em/para a Democracia constitui um desafio para todos os que participam nos modos de construir tal relação: encontramos respostas plurais nos contextos educativos e sociais, mas também limites quanto à sua viabilidade situada. Para enquadrar a questão em análise, sugerimos atender ao pressuposto do não etnocentrismo, dentro e fora dos espaços e tempos escolares; à diversidade sociodemográfica dos grupos sociais e ao modo como interfere nos processos educativos em contexto escolar; e à participação dos jovens nos diferentes projetos de intervenção social.

Palavras-chave: Educação; Democracia; Cidadania; Espaço escolar

Abstract

Education in and for Democracy is a challenge for all those participate in its social construction. The social and educational contexts have different answers and specific limits. To approach that question, it will be necessary attending to the principle of not ethnocentrism at school; to the social and culture diversity and how they fool with the educational process; and to the young people's participation in social and educational projects.

Keywords: Education; Democracy; Citizenship; School

¹ No texto presente, mantemos, de forma global, a coloquialidade e a discussão que tiveram lugar na própria intervenção oral.

**Nota prévia:**

Assumimos o papel de comentador das intervenções da Prof.^a Doutora Isabel Menezes e do Mestre Nuno Albano no âmbito da conferência “Educação em/para a Democracia”, que teve lugar a 12 de novembro de 2014.

Ponto 1.

Boa tarde a todos. É na condição de comentadora das intervenções que ouvimos que partilho convosco alguns elementos para reflexão no âmbito da relação entre educação e democracia. Tal relação torna-se tanto ou mais significativa quanto mais se convoca o par em reciprocidade no sentido de uma sintonia que permita a configuração de ambos como facto social. Até que ponto conseguimos observá-lo e avaliá-lo é, desde logo, a primeira nota que se nos ocorre. Ao comentarmos as intervenções que acabámos de ouvir, assumimos a necessidade do olhar interdisciplinar. Exigem-nos tal princípio a pluralidade de respostas que encontramos nos contextos educativos e sociais, mas também os limites que se situam na operacionalidade daquela relação social.

Ponto 2.

Em primeiro lugar, salientamos a transversalidade das duas intervenções, uma de carácter mais problematizador, que enquadra as questões relativas à associação entre educação, democracia e cidadania ativa, no caso, na relação direta com o papel da escola e os papéis presentes e futuros dos jovens; outra, de carácter mais empírico, opta por um tom situado na prática pedagógica em sala de aula, e em consonância direta com os projetos educativos e com as novas tecnologias aplicadas ao ensino-aprendizagem (de jovens). Uma e outra são testemunhos nucleares e pertinentes daquilo que pode ser uma leitura distanciada e crítica face à relação aqui em discussão.

Em segundo lugar, anotamos a diversidade cultural como forma de enquadrar o pressuposto do não etnocentrismo, dentro e fora dos espaços e tempos escolares. As abordagens sobre a sociedade democrática ou não democrática, e sobre uma educação orientada para o exercício de uma cidadania ativa em contexto de sociedade democrática, constituem a primeira questão central nas intervenções apresentadas. Tanto em termos políticos, mediáticos e sociais – no espaço público do

exercício do poder instituído – como em termos académicos – no espaço institucionalizado da ciência. À centralidade do objeto analítico e do objeto de discussão e decisão políticas ou de vivências quotidianas, não corresponderá, de modo automático e linear, níveis de coincidência discursiva – os *pressupostos* - e prática – os *resultados*. Se nos parece exequível pensar a democracia deliberativa como uma configuração societal que se desenha na e com a participação ativa dos atores sociais – cidadãos em pleno uso de palavra e ação – menos imediata se nos sugere a sua concretização. Como fazê-lo? Os discursos jurídicos consubstanciam, e bem, esse universo de possíveis de ação; no entanto, algumas das práticas a que vamos assistindo prefiguram que a pluralidade dos atores presentes, individuais e coletivos, desenham périplos nem sempre coerentes com aquilo que a positividade e transparência dos discursos formais – o traço do legislador – indiciam como rotas a (pros)seguir.

Ponto 3.

O confronto com a diversidade sociodemográfica e socioeconómica dos grupos sociais (e dos cidadãos) revela-nos que as relações diferenciadas com a atividade política e com a cidadania ativa em exercício devem-se aos efeitos decorrentes das características de pertença social que temos e dos lugares adquiridos que ocupamos. Falamos de condições como a classe social de pertença de um indivíduo – onde nos situamos na relação com a divisão social do trabalho e a distribuição da riqueza material e imaterial; o nível de habilitações literárias – vulgos níveis de instrução adquirida; a pertença étnica e religiosa – traços da diversidade cultural nem sempre conciliatória; o género e a idade – diferenciação quase óbvia de um estar individual e social, mas que, quando transfigurada pelas lógicas de poder político e social, estrutura modos de diferenciação e exclusão perversos e contrários aos discursos formais.

São estes constrangimentos que, do nosso ponto de vista, dimensionam os ritmos e configurações do exercício de uma cidadania ativa em contexto societal e educativo. A atitude e o comportamento etnocêntricos, segundo as mais diversas feições (política, social, educativa, cultural), constituem um obstáculo à aceitação e integração das diferenças e espelham a contradição permanente do projeto político da democracia: como fazer coincidir, da melhor forma possível, o discurso da integração, da tolerância e do pluralismo, nas mais diversas áreas da vida social, com as práticas



reais e efetivas do dia-a-dia?

Ponto 4.

A escola é local de aprendizagens, mas também das aprendizagens mais conflagradas como a dos opostos, no caso, a inclusão e a exclusão sociais. Quando perspetivamos a dimensão territorial das práticas educativas dos atores sociais protagonistas, a escala do olhar surge como parâmetro obrigatório: desde a dimensão micro do bairro, da rua e da escola, até à dimensão meso do território nacional, passando pela dimensão macro do contexto europeu, e em particular daquele que define a integração europeia dos Estados-membros. O alcance das diferentes escalas traduz oscilações e, como aqui referido, alguma contradição discursiva entre dicotomias políticas e históricas (direita/esquerda, extremismos políticos de esquerda/extremismos de direita). Este facto, situado na comparabilidade e sintonia das propostas educativas europeias, mais uma vez nos exige, do ponto de vista analítico, o confronto entre projetos políticos previstos e práticas educativas concretizadas. O diagnóstico da distância entre os níveis de intervenção contribui para a prática sustentada e a cidadania fundamentada. E, ainda que num contexto de espaço único europeu, ou, num outro olhar, de globalização política e cultural, as especificidades locais não podem deixar de integrar aquele exercício de diagnóstico.

Ponto 5.

A cidadania ativa em contexto educativo não se deslinda, de modo algum, da participação individual e coletiva e, na contemporaneidade, dos modos como essa participação se torna poder político e social. Após a primeira década do século XXI, e como aqui foi referenciado, a participação dos jovens no contexto social pauta-se pelas reações aos problemas de entrada no mercado de trabalho e à definição da identidade profissional e social juvenil.

O que torna esta participação um objeto de discussão interessante é visualizá-la na maior celeridade dos discursos e das práticas porque em relação direta com o alcance, a velocidade e a fluidez das plataformas digitais, entre elas as redes sociais em contaminação circular. Anotaríamos: onde começam e onde acabam as mensagens mobilizadoras? Se as novas modalidades de participação dos jovens são mais rápidas, mais agregadoras e mais vinculativas, porque inscritas nas lógicas de funcionamento dos mundos virtuais, é certo que tais modalidades acabam por ser

mais fluidas, menos organizadas e menos político-partidarizadas. Quase que diríamos que se mantém, por confronto com outras épocas, a participação política no sentido mais aristotélico – o rejuvenescimento da participação na *polis*, no espaço público (também virtual). Não obstante, tal leva-nos a pensar quer no esvaziamento ideológico e social que tal participação tem em determinados contextos, quer na configuração social que estes públicos em ação têm quando prontos a discutirem questões tão transversais aos seus percursos profissionais e pessoais.

Na relação mais direta com a temática que nos trouxe aqui, quem são esses jovens em ação, como fazem tal mobilização e participação, com que resultados visíveis e de alcance menos imediatos? Por vezes, são os próprios agentes políticos e sociais os que tentam homogeneizar a participação ativa, escamoteando as diferenças sociais que também enquadram diferentes tipos de mobilização e atores jovens presentes. Como integrar essa diferenciação social no projeto educativo da cidadania ativa e da participação consciente dos jovens? Fará sentido localizarmos, nos níveis iniciais da educação formal, a aprendizagem para a participação ativa? Com certeza que sim, fará sentido nesse contexto, quando pensamos no alcance da relação entre poder local e escola, entre escola e sociedade, entre escola e famílias, entre escola e pares, entre escola e plataformas virtuais, para elencar apenas alguns desses elementos em relação.

Ponto 6.

Uma segunda ideia central do debate aqui apresentado reporta-nos para a realização de projetos de intervenção educativa em escolas, com o objetivo de formar cidadãos participativos, e resolver, com os limites esperados, trajetórias de insucesso escolar. São projetos que, ao lidarem com o estigma social, lidam, de igual modo, com os modos como a própria escola reproduz o estigma social.

Do ponto de vista de uma agenda de investigação, parece-nos pertinente enquadrar de que forma a escola, enquanto instituição com responsabilidades sociais, concebe a participação política, a cidadania ativa e a educação para essa mesma cidadania. Convém aqui integrar a multiplicidade de atores presentes e a configuração das trajetórias de (in) sucesso escolar. Se há projetos de intervenção educativa de e em cada escola, como se articulam tais projetos com os *curricula* nacionais, dado que o ensino-aprendizagem se situa, também, numa matriz vertical? Por outro lado, que avaliação fazem as escolas quanto às práticas educativas interventivas, assumidas e



protagonizadas pelos estudantes? Quais os efeitos que tais projetos acabam por ter no quotidiano de vida de tais estudantes? E, por último, como conseguiremos tornar sustentáveis no tempo e em diferentes contextos tais projetos? A longa duração destes processos, articulada com o papel exercido pelas redes sociais, pelos meios de comunicação social e por outros atores de socialização reforçam a visibilidade imediata de tais intervenções e projetam algum alcance individual e social.

Ponto 7.

Na sequência das intervenções de há pouco, falemos na cidadania em democracia no ensino superior, já que quem nos ouve hoje aqui são também estudantes deste nível de ensino. Como, quando e com quem se processa este desafio, poderemos questionar. Há valores que, como docentes, conseguimos, de alguma forma, pôr à prova. Para além de abordarmos os conteúdos científico-pedagógicos, aquilo que somos como docentes integra aquilo que somos como pessoas e cidadãos. E, como tal, interfere – nos dois sentidos da relação – com o processo de ensino-aprendizagem. Parece-nos que o bom senso na avaliação de contextos, situações, estudantes, aprendizagens, interações coaduna-se com o respeito pelas dimensões éticas da atividade profissional. Enquanto atores sociais assumimo-nos como atores com discursos e práticas ideológicas no sentido em que as entendemos na aceção mais lata do conceito: como representação, ponto de vista, opção de leitura face àquilo que, enquanto docentes, e cidadãos, teremos que consensualizar. E se essa característica define a natureza social da relação pedagógica, por outro lado, consubstancia o quão difícil é assegurar que a ética profissional não contribua para a reprodução de estigmas.

Pensemos nalguns exemplos que terão o seu lugar naquela relação em equilíbrio, acima indicada. Atividades como i) a praxe académica – atividade de inclusão e exclusão, que pode contribuir para a cidadania ativa nos seus mais diversos contextos e áreas disciplinares; ii) a relação com as organizações do mercado de trabalho por via dos estágios protocolados; iii) as atividades extracurriculares e a mobilidade Erasmus para estudantes e docentes; iv) as unidades curriculares que integram no seu programa e avaliação a discussão de temáticas sociais, tanto entendidas como *problemáticas*, porque constituem problemas sociais, como *exemplificativas e desafiadoras* do que poderá ser uma prática de cidadania; v) os projetos de pesquisa empírica orientados para o diagnóstico e a avaliação –



enquadram discussões quanto ao respeito pela diversidade social e cultural; vi) as atividades de receção ao 1.º ano das licenciaturas, os gabinetes de apoio nas associações de estudantes e nos gabinetes de orientação vocacional e de saídas profissionais da universidade/faculdades; vii) as atividades extracurriculares como os ciclos de cinema, os périplos fotográficos, as visitas de estudo, as aulas abertas em contexto de trabalho ou organizacional; viii) os observatórios dos licenciados e dos locais de inserção no mercado de trabalho; ix) as atividades de voluntariado de empreendedorismo social no quadro da universidade; x) as plataformas sociais estudantis na relação direta com a vida académica, os lazeres, a inserção no mercado de trabalho, as trajetórias profissionais...

As práticas efetivas de cidadania ativa, como resultado e motor das práticas de intervenção política e educativa nos contextos escolar e social, exigem-nos estes olhares. E, nesse sentido, fica aqui a nossa partilha de alguns elementos para reflexão. Obrigada pela vossa atenção.